

Cl
R

Reunião Ordinária – Ata nº 16/2013

Data – 2013-08-05

Início – 14.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 15.37 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis
António Manuel de Santana Maia Leonardo
António Manuel Belém e Ferreira Coelho

A Assistente Técnica – Ana Paula Aires Marques



Falta: Não esteve presente na reunião, o vereador, Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês.



Resumo Diário da Tesouraria de 02-08-2013:

a) Dotações Orçamentais €5.219.546,50
b) Dotações não Orçamentais €198.642,88

Total das Disponibilidades €5.418.189,38



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos, dando início ao período de intervenção aberto ao público.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

(Lei nº 169/99, de 18 de setembro, Artigo 84º nº 7, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

Esteve presente o munícipe Luis Maria Medroa, residente em Martinchel, Abrantes, para apresentar os seguintes assuntos:

- Possibilidade de colocação de manilhas numa linha de água, com vista à abertura de um acesso junto à sua propriedade, de modo a facilitar a passagem de viaturas de socorro, nomeadamente em caso de incêndio, disponibilizando-se para ceder o terreno necessário para o efeito.

- Sinal de Stop que foi retirado junto à sua propriedade de acesso à via pública.

A Presidente da Câmara informou que quanto à questão das manilhas, a situação tem que ser muito bem avaliada, porquanto não é permitido manilhar linhas de água, até porque, se posteriormente não for feita a manutenção do manilhamento da linha de água, cuja tarefa é bastante difícil, a mesma vai entupir e causar problemas muito sérios. Por outro lado, para realizar esse tipo de trabalhos, é necessário solicitar autorização à Agência Portuguesa para o Ambiente.

Relativamente ao sinal de Stop que foi retirado, referiu que o assunto será analisado.

A Presidente da Câmara encaminhou os dois assuntos para o vereador do Pelouro, para marcação de uma reunião com o munícipe e com a Presidente da Junta de Freguesia, a fim de no local, verificarem o que se passa em concreto com a questão da sinalização de trânsito que foi retirada, bem como com as linhas de água.



A Presidente da Câmara deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público, tendo-se passado ao ponto seguinte.



Foi aprovada, por unanimidade, a parte da ata relativa às intervenções do executivo da reunião anterior, com exceção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.



INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara deu conhecimento que na passada semana teve uma reunião com o Secretário de Estado dos Transportes e Obras Públicas, a pedido da Comunidade Intermunicipal, sobre as portagens na A23 e a expectativa para a significação dos pórticos instalados no Entroncamento e Torres Novas, tendo sido transmitido que os mesmos servem para fazer contagens de forma a poderem estudar um novo modelo de financiamento que virá diminuir os custos, ou seja, que o preço por Km possa ser compatível com as distâncias e aquilo que se paga entre cada um dos pórticos.

A outra questão que apresentou na reunião foi relacionada com a ponte sobre o Rio Tejo, na zona de Tramagal, chamando a atenção para o facto da Mitsubishi com o investimento que tem em curso, necessitar urgentemente dessas novas acessibilidades.

Perante o exposto, o Secretário de Estado referiu que estava consciente da situação e que já tinha inclusivamente falado com as Estradas de Portugal, para a colocarem na prioridade dos projetos que possam vir a ser feitos, no sentido de incentivarem a economia, nomeadamente através das obras públicas, mas também este que seja um investimento de proximidade e que diga respeito ao estímulo à economia do País.

Na referida reunião, aproveitou também para falar sobre o troço da Avenida António Farinha Pereira que ainda não está desclassificado, bem como troço entre a rotunda do olival e a ponte sobre o Rio Tejo.

Tomado conhecimento.



A Presidente da Câmara deu conhecimento que a APA – Agência Portuguesa de Ambiente consignou à empresa Tecnovia, a obra de reabilitação da ribeira de Rio de Moinhos, junto ao cais de acostagem, na zona onde entronca com o Rio Tejo, pelo valor aproximado de 150.000€ e que ficará concluída até final deste verão.

Tomado conhecimento.



Deu também conhecimento que a ARSLVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo abriu concurso para recrutamento de pessoal médico para a categoria de assistente da área de medicina geral e familiar da carreira especial médica para os ACES.

Tomado conhecimento.



Deu igualmente conhecimento do ponto de situação relativamente aos programas do IEF – Instituto do Emprego e Formação Profissional. Em relação aos programas CEI, destinado a detentores do subsídios de desemprego, já estão a decorrer 28, com 11 ainda por iniciar, ao CEI+, destinado a detentores do RSI, encontram-se 11 a decorrer, ao CEI Património,

destinado às áreas de calcetaria, jardinagem, conservação e restauro e pintura, estão a decorrer 7 e 13 por iniciar. No âmbito do programa, EAEC, destinado a portadores de deficiência, existe 1 a funcionar.

Quanto à distribuição das pessoas do programa CEI, 10 foram colocados nas freguesias, 10 na Associação de Agricultores, 19 na Câmara Municipal de Abrantes e do programa CEI+, 6 foram para as freguesias.

Relativamente ao programa CEI Património, 20 foram colocados na Câmara Municipal de Abrantes, assim como 1 do programa EACE.

No que diz respeito a estágios profissionais, existem 5 estágios em fase de recrutamento.

Acrescentou ainda que durante o ano de 2013, realizaram-se até ao momento 22 estágios curriculares e que foram colocados 11 pessoas a realizar trabalho comunitário, na sequência de decisões do Tribunal.

Tomado conhecimento.



Nº 57 – A Presidente da Câmara apresentou uma informação da Divisão Financeira, datada de 5 de agosto de 2013, acerca do Programa PED2 - Plano Especifico de Desenvolvimento Desportivo, o qual tem como objetivo primeiro impulsionar a prática, formação e competição de novas modalidades, quer pela sua importância histórica, social ou de aproveitamento de recursos. São princípios fundamentais do Programa, fomentar a igualdade de género, reativar modalidades com história no Concelho de Abrantes, promover a atividade física, aumentar o número de praticantes, complementar a oferta desportiva existente e fortalecer as parcerias entre Clubes, Escolas e Autarquia. A implementação e desenvolvimento do Programa será feito através de protocolos a celebrar, nos termos do artº 67º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação atual, com coletividades do nosso Concelho, sendo modalidades a desenvolver, nesta fase, o futebol feminino, o triatlo, a ginástica desportiva, o basebol, o ténis de mesa e o hóquei em patins.

Neste sentido, remete para aprovação, o envelope financeiro a atribuir pelo Município às entidades parceiras que ascende a 15.000,00€, designadamente:

- Futebol Feminino – Associação EnvolveBrilho, no montante de 1.500,00€;
- Triatlo – Associação Aventurirequinte, no montante de 2.000,00€;
- Ténis de Mesa – Sporting Clube de Abrantes, no montante de 3.500,00€;
- Hóquei em Patins – União Desportiva Rossiense, no montante de 8.000,00€.

Remete igualmente para aprovação a minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Abrantes e as coletividades acima mencionadas. - 132434

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar o montante de 15.000,00€, a atribuir pelo Município às entidades parceiras do Programa PED2 - Plano Específico de Desenvolvimento Desportivo.

Aprovar igualmente a minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.



Nº 58 – A Presidente da Câmara apresentou uma informação da Divisão Financeira, datada de 5 de agosto de 2013, remetendo para aprovação, a atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Bemposta, no montante de 25.000,00€, por forma a colmatar as despesas realizadas em intervenção efetuada com recursos materiais e humanos próprios, na Linha de Água junto ao Centro Escolar de Bemposta. - 132431

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar a atribuição de apoio financeiro à Junta de Freguesia de Bemposta, no montante de 25.000,00€, nos termos e com os fundamentos da referida informação da Divisão Financeira.

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.



Nº 59 – Apresentou para ratificação do órgão executivo, o parecer emitido pelo Município de Abrantes, sobre o interesse dos cursos a funcionar na Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Abrantes, para o ano letivo 2013/2014. - 131690

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, ratificar o referido parecer.



Nº 60 – Apresentou a informação nº 28/2013/EC da Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 2 de agosto de 2013, remetendo para aprovação, proposta de autorização da cessação de posição contratual, do contrato nº 12/2008 – Contrato de Fornecimento de Estudos de Revisão do PDM – Plano Diretor Municipal de Abrantes, da firma SVI- Serviços Integrados, Lda. na firma ImproveConsult – Consultoria e Estudos, Lda., de

Ata da reunião de 05 de agosto de 2013

modo a poder ser dada a devida continuação aos trabalhos, nos termos do disposto no nº 1 e 2 do artigo 319º do Código dos Contratos Públicos. – 122025

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar a cessação de posição contratual, do contrato nº 12/2008 – Contrato de Fornecimento de Estudos de Revisão do PDM – Plano Diretor Municipal de Abrantes, na firma ImproveConsult – Consultoria e Estudos, Lda., nos termos e com os fundamentos da referida informação nº 28/2013/EC da Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 61 – A Presidente da Câmara apresentou um pedido da Sociedade União Crucifixe, a solicitar a cedência do edifício da escola nº 1 do Crucifixo, para a dinamização de atividades culturais e de lazer em benefício de toda a comunidade. – 131200

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar a cedência do edifício da escola nº 1 do Crucifixo à Sociedade União Crucifixe, mediante a celebração de protocolo tipo.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Deu conhecimento da anulação do montante de 473,70€ (quatrocentos e setenta e três euros e setenta centavos), referente à 3ª tranche do apoio aprovado no âmbito da candidatura apresentada pela ACLAMA, ao FINSOCIAL 2012. - 53108

Tomado conhecimento.



Nº 62 – Apresentou uma informação da Divisão de Serviços Urbanos, datada de 2 de agosto de 2013, dando conta que na sequência da deliberação nº 26 tomada na reunião de 8 de julho de 2013, com vista à abertura de procedimento para a alienação da cortiça dos sobreiros da Quinta da Arca d'Água, em Abrantes, não houve apresentação de candidaturas à referida alienação, pelo que, sugere o arquivamento do processo. – 125157

Ata da reunião de 05 de agosto de 2013

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar o arquivamento do processo conducente à alienação da cortiça dos sobreiros da Quinta da Arca d'Água, em Abrantes, de acordo com a referida informação da Divisão de Serviços Urbanos.

À Divisão de Serviços Urbanos para os devidos efeitos.



Nº 63 – A Presidente da Câmara apresentou também uma informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 30 de julho de 2013, acerca do pedido da Renascer – Associação Cristã de Reabilitação, Ação Social e Cultura, a solicitar autorização para a realização de peditório com vista à angariação de fundos, assim como a ocupação de espaço público com isenção do pagamento de taxas, para instalação de uma banca de publicidade destinada à venda de brindes, nos dias 7 e 8 de agosto de 2013, em Abrantes - 120406

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, autorizar a realização do referido peditório, bem como a ocupação de espaço público, mediante a dispensa total do pagamento das respetivas taxas.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 64 – Apresentou também para aprovação, um pedido da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Constância, a solicitar o apoio do Município de Abrantes na organização do Campo de Férias no âmbito do Programa Sem Fronteiras, que se destina a proporcionar férias e atividades de lazer, para crianças institucionalizadas, em acompanhamento pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e também beneficiários do Rendimento Social de Inserção, mediante a dinamização de três programas, designadamente:

- O Campo de Férias "A Magia do Ribatejo ", de 15 a 22 de agosto;
- O Campo de Férias" Emoção no Ribatejo ", de 24 a 31 de agosto;
- O Campo de Férias "A Caminho do Ribatejo " de 02 a 09 de setembro ".

O apoio solicitado traduz-se em ida à Piscina, nos dias 16 e 29 de agosto e no dia 03 de setembro, bem como, autorização para a realização de uma atividade no período noturno, no

Ata da reunião de 05 de agosto de 2013

interior do Castelo de Abrantes nos dias 20 e 25 de Agosto e 07 de setembro, no período compreendido entre as 21h e as 23,30h. – 130849

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar o apoio solicitado, mediante a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 65 – A Presidente da Câmara apresentou ainda uma informação da Chefe da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 5 de agosto de 2013, acerca do pedido de desistência de proposta do consórcio Asibel - Construções, S.A. e Asibetumes - Obras Públicas, S.A., para efeitos da empreitada de "Requalificação da estrada entre Bemposta e Vale das Mós". - 130968

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, tendo em consideração que a minuta do contrato foi tacitamente aprovada, pois não foi reclamada no prazo legal, faltando apenas a marcação do contrato, e tendo em consideração que a obrigação de contratar se mantém, dado que o documento entregue pelo consórcio adjudicatário é insuficiente, uma vez que não se enquadra na alínea a) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, e visando dar integral cumprimento às obrigações que decorrem para o Município, no âmbito deste procedimento, deve proceder-se a marcação célere do contrato, nos termos do nº 1 do artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos.

À Divisão de Projetos e Empreitadas para os devidos efeitos.



Nº 66 – Por último, apresentou uma informação do Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 02 de agosto de 2013, sugerindo a declaração de caducidade da licença do processo de obras nº 336/09 referente à instalação de uma unidade industrial em Concavada, Abrantes, para instalação de unidades industriais de produção de painéis e de células fotovoltaicas, requerido por RPP Solar – Energias Solares, S.A., com base na alínea d) do nº 3 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação conferida pela Lei nº 60/2007, de 4 de setembro (redação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação) aplicável ao presente licenciamento, sem prejuízo de eventual enquadramento, cumulativo, das situações previstas nas alíneas b) e c) do mesmo artigo.

Ata da reunião de 05 de agosto de 2013

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

Declarar nos termos do artigo 71º nº 5 do Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro, na atual redação, conferida pela Lei 26/2000, de 30 de maio, a caducidade da licença do processo de obras nº 336/09 referente à instalação de uma unidade industrial em Concavada, Abrantes, para instalação de unidades industriais de produção de painéis e de células fotovoltaicas, requerido por RPP Solar – Energias Solares, S.A., e com base na alínea d) do nº 3 do artigo 71º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na sua redação conferida pela Lei nº 60/2007, de 4 de setembro (redação do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação) aplicável ao presente licenciamento, sem prejuízo do enquadramento, cumulativo, das situações previstas nas alíneas b) e c) do mesmo artigo, bem como nos termos e com os fundamentos da referida informação Diretor do Departamento de Obras e Urbanismo.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



VEREADOR MANUEL JORGE VALAMATOS

O vereador Manuel Jorge Valamatos começou por dar conta que o Campeonato Nacional de Esperanças contou com a presença de 360 atletas e salientou a prestação de uma jovem abrantina que conquistou o 2º lugar nesta 3ª etapa do campeonato, encontrando-se neste momento no 4º lugar do ranking nacional.



Deu também conhecimento que a atleta Francisca Laia participou no campeonato do Mundo de Canoagem Sub 23, tendo sido medalha em K1. Na prova de 500m em K2, que disputou juntamente com a Joana Vasconcelos, conquistaram o 4º lugar.

Referiu igualmente que o atleta António Trigo, em conjunto com Tiago Oliveira, foram apurados para a final da prova A do Campeonato Mundial de juniores em K2 e alcançaram o 7º lugar.

Por fim, o vereador Manuel Jorge Valamatos referiu que no âmbito da comemoração do Dia Internacional da Juventude no dia 12 de Agosto, instituído pela ONU em 1998, estão previstas as seguintes atividades:

- Acesso gratuito às instalações do Complexo Municipal de Piscinas de Abrantes (Ar Livre), a todos os jovens até aos 30 anos de idade;
- Realização de duas atividades em parceria com o Ginásio Ladies First, nomeadamente, aula aberta de Bokwa Fitness e Zumba Fitness.

Tomado conhecimento.



VEREADOR SANTANA-MAIA LEONARDO

O vereador Santana-Maia Leonardo apresentou em nome dos vereadores eleitos pelo PSD, uma declaração com o título "Pagamento aos Bombeiros Voluntários", do seguinte teor:

"Na última reunião da câmara, o Diretor do Departamento de Administração e Finanças veio esclarecer os vereadores eleitos pelo PSD que, relativamente ao pagamento aos Bombeiros Voluntários, a Câmara «deixou de seguir a modalidade de pagamento de 2 euros a partir da crítica da Inspeção».

Em todo o caso há nesta história uma coincidência extraordinária.

Ou seja, aquilo que os Bombeiros reclamavam (com base na modalidade dos 2€) condiz precisamente com aquilo que a Câmara lhes pagava (após ter deixado de seguir a modalidade dos 2€).

E ainda dizem que não há coincidências!...

Na política portuguesa, como aqui fica claramente demonstrado, "todos os caminhos vão dar a Roma".



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

Nº 1 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, a minuta de protocolo de delegação de competências, a celebrar entre o Município de Abrantes e a Junta de Freguesia de São Vicente, para construção de Polidesportivo na Urbanização de Condoal, Chainça, S. Vicente – Abrantes, pelo valor total de 39.833,23€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, cabendo ao Município de Abrantes o valor de 27.386,25€, acrescido de IVA.. - 132002

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal.



Nº 2 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara remete vária correspondência da ANMP – Associação Nacional Municípios Portugueses, designadamente:

- Informa dos pareceres que haviam sido solicitados à Procuradoria-Geral da República e ao Provedor da Justiça, na sequência da publicação da Portaria n.º 106/2012, de 18 de Abril, relativa ao financiamento da avaliação geral de prédios urbanos. Informa a ANMP que a Procuradoria-Geral da República participou à ANMP que considera não haver matéria para solicitar a intervenção do Tribunal Constitucional. Também o Provedor de Justiça comunicou à ANMP que entende não haver motivos para solicitar ao Tribunal Constitucional a apreciação da respetiva constitucionalidade. Este Órgão do Estado refere contudo que «Na presente data, todavia, instei o Senhor Secretário de Estados dos Assuntos Fiscais no sentido de que, em nome dos princípios da transparência e da administração aberta que enformam o Estado de direito democrático, possam ser adotadas as medidas adequadas a divulgar, junto do público, os custos efetivos da avaliação geral extraordinária em questão, crendo que semelhante disseminação muito beneficiaria a consciencialização democrática do fundamento da decisão em apreço.» - 132093

- Dá conhecimento do acordo entre o Governo de Portugal e a ANMP relativamente às propostas de Lei das Finanças Locais e de Atribuição de Competências às Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais. - 131633

- Dá conta, do parecer enviado à Sra. Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, relativamente aos projetos de alterações legislativas que visam rever os regimes jurídicos dos serviços municipais e multimunicipais de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos urbanos. - 130709

Tomado conhecimento.



Nº 3 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, remete e-mail da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), datado de 30 de julho de 2013, remetendo dados da sinistralidade rodoviária registada no concelho durante o ano de 2012. - 132122

Tomado conhecimento.

Nº 4 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, informa que, na sequência do pedido da ADIMO – Associação de Desenvolvimento Integrado de Mouriscas, para apoio à construção do “Núcleo Associativo de Mouriscas”, foi elaborada declaração de compromisso para envio de proposta à Câmara Municipal para a atribuição de um apoio para que fique assegurada a contrapartida nacional do investimento. O montante candidatado pela ADIMO ascende a 527.547,00€, ao que corresponderá uma comparticipação FEADER de 200.000,00€, sendo que a contrapartida nacional do investimento corresponderia a 327.547,00€. A despesa só terá incidência no orçamento para 2014, pelo que o apoio a atribuir seria inscrito no orçamento para o próximo ano. A assunção do respetivo compromisso ficará dependente da existência de fundos disponíveis à data de celebração de protocolo para o efeito, bem como, de eventual autorização prévia da AM, dependendo do prazo de vigência do mesmo, se plurianual. -126110

Tomado conhecimento.



Nº 5 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, remete diversa correspondência do Grupo Parlamentar do PCP – Partido Comunista Português, designadamente:

- Requerimento apresentado a propósito da Decreto-lei n.º 92/2013, de 11 de julho, que "Define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos". - 132211

- Declaração de voto a propósito da Reapreciação do Decreto 132/XII – que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico. - 132214

- Apresentação das propostas de alteração apresentadas pelo GP-PCP, no âmbito da PPL n.º 122-XII, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.- 131684

Tomado conhecimento.



Nº 6 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresenta correspondência da CDU – Coligação Democrática Unitária, informando da realização de iniciativa no dia 28 de julho de 2013, no Parque de S. Lourenço, em Abrantes, pelas 17h00. - 131226

Tomado conhecimento.

Nº 7 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, remete um e-mail do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, datado de 18 de julho de 2013, que apresenta o documento "Alienação da EGF", apresentado na reunião ocorrida no referido Ministério, no passado dia 17 de julho de 2013, e que enquadra as principais linhas deste processo. - 131045

Tomado conhecimento.



Nº 8 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, remete e-mail datado de 17 de julho de 2013, da Sociedade Cultural e Recreativa de Carreira do Mato, no qual agradecem a presença e o apoio e empenho da Câmara Municipal de Abrantes no II Festival de Doçaria e Artesanato. - 130818

Tomado conhecimento.



Nº 9 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, remete um e-mail datado de 29 de julho de 2013, do Clube Desportivo dos Olivais e Moscavide, agradecendo o apoio prestado pela Câmara Municipal de Abrantes ao departamento de Triatlo. - 132118

Tomado conhecimento.



Nº 10 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, remete e-mail datado de 22 de julho de 2013, da Direção da Associação de Futebol de Santarém, a agradecer a colaboração da Câmara Municipal de Abrantes, na cedência de instalações, nas Barreiras do Tejo, para a realização da Série "E" do Campeonato Nacional de Futebol de Praia, que decorreu nos dias 06, 13 e 20 de julho de 2013. - 131224

Tomado conhecimento.



Nº 11 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, remete e-mail datado de 25 de julho de 2013, do Gabinete Autárquico do PS, remetendo os acordos entre o Governo e a ANMP e ANAFRE sobre as propostas de lei das Finanças Locais e Atribuições e Competências das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais. - 131574

Tomado conhecimento.

Nº 12 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, remete o seu despacho que aprova, o pedido do Comandante para efetuar, verificação dos meios de segurança, nos edifícios, dos estabelecimentos escolares do concelho, no seguimento de exercícios anteriormente efetuados. - 109514

Tomado conhecimento.



Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente ao pedido da Tagusvalley, a solicitar a isenção do pagamento da taxa associada à emissão do alvará de licença, relativo ao pedido de licenciamento de alterações no edifício INOVLINEA. - 132113

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a isenção do pagamento da respetiva taxa, no valor total de 113,83€ (cento e treze euros e oitenta e três cêntimos).



Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, que remete para aprovação, a atribuição de um apoio à Associação de Geminação de Abrantes, no montante de 320,00€ (trezentos e vinte euros), para ajuda na deslocação de jovens de Abrantes a Parthenay, que irão participar num estágio de 4 semanas no Centro de Deficientes Motores (Foyer Gabrielle Bordier). Este estágio irá decorrer de 03/8/2013 a 31/8/2013. Os jovens serão alojados e alimentados em famílias de acolhimento e receberão um pequeno subsídio do FGB para apoio à sua estada. Os jovens que irão para participar nesta atividade irão dar apoio a "deficientes" e conviver com jovens oriundos das outras cidades geminadas com Parthenay. De acordo com informação da Associação de Geminação de Abrantes, o saldo desta actividade de intercâmbio jovem tem sido extremamente positivo e tem proporcionado à maioria dos participantes, um excelente complemento das suas formações académicas (nomeadamente aos estudantes da área de saúde, línguas, serviço social e psicologia...). - 131362

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de apoio à Associação de Geminação de Abrantes, no montante de 320,00€ (trezentos e vinte euros).

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 22 de julho de 2013, acerca do pedido da Fabrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Bemposta, a solicitar a dispensa do pagamento de taxas correspondentes ao licenciamento de obras nº 04/2010, no valor de 42,60€ (quarenta e dois euros e sessenta cêntimos), resultante do acerto ao valor já dispensado por deliberação de 21 de maio de 2012 (1009,08€), devido a alteração de calendarização da referida obra. - 116441

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa do pagamento da respetiva taxa, no valor adicional de 42,60€ (quarenta e dois euros e sessenta cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 16 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, relativa a uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização que, na sequência de um pedido apresentado pela CONFAP - Confederação Nacional das Associações de Pais, a solicitar a cedência de sala no Quartel dos Bombeiros, com isenção do pagamento das respetivas taxas, para a realização de reunião dos órgãos sociais, no âmbito da Semana da Educação, Igualdade e Cidadania, informa que o valor das taxas é de 113,19€ (cento e treze euros e dezanove cêntimos) e que se encontrarem reunidos todos os requisitos previstos no Regulamento e Tabela de Taxas, necessários à dispensa das taxas - 122322

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a cedência de sala no Quartel dos Bombeiros, mediante a dispensa do pagamento de taxas, no valor de 113,19€ (cento e treze euros e dezanove cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão Jurídica

Nº 17 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação do Diretor do Departamento de Administração e Finanças, datada de 14 de março de 2013, que remete para aprovação, a aquisição por reversão do lote 10 do Loteamento Municipal de Bemposta, a Cláudia Sofia Salvador de Oliveira Cosma e Nuno Miguel Bispo de Oliveira Cosma, pelo montante de 13.520,00€ (treze mil quinhentos e vinte euros). - 111175

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a aquisição por reversão do referido lote, pelo montante de 13.520,00€ (treze mil quinhentos e vinte euros), delegando-se poderes na Presidente da Câmara para assinatura da respetiva escritura.



Divisão Financeira

Nº 18 – Para conhecimento, a Presidente da Câmara, remete a informação nº 12, da Chefe da Divisão Financeira, datada de 23 de julho de 2013, relativamente ao pedido de esclarecimentos apresentado pelos vereadores eleitos pelo PSD na reunião de 22 de julho de

[Handwritten signature]

2013, intitulada "As 30 oliveiras do Centro Escolar de Alferrarede", que se transcreve: - 131274

I. se a Câmara Municipal de Abrantes efetuou uma reprogramação financeira do projeto – as reprogramações a efetuar a projetos aprovados no âmbito do MaisCentro, carecem de autorização prévia da CCDRC, a qual se traduz na reabertura da plataforma de candidaturas para formalização da mesma. Para o efeito, é feito um pedido prévio, no qual, resumidamente, se indicam as alterações pretendidas (temporais, físicas e/ou financeiras). No caso, o pedido de autorização prévia para uma reprogramação física e financeira, foi dirigido à CCDRC, via plataforma do MaisCentro, no dia 10 de janeiro de 2013 e, posteriormente, reiterado à CIMT (dado estarmos perante uma candidatura aprovada no âmbito da contratualização);

II. em caso afirmativo (de apresentação de reprogramação):

a. em que data foi aprovada – apesar de informalmente ter havido resposta positiva, ainda não houve aprovação formal uma vez que a CCDRC, se encontra a aguardar o encerramento de outras candidaturas que irão libertar verbas que, por sua vez, vão ser afetadas a projetos que se encontram nestas circunstâncias;

b. qual o montante que acresceu ao montante inicial – a ser aprovada a reprogramação, a mesma envolve um acréscimo de 34.147,01€, no investimento total; de 34.019,30€, no investimento elegível; e de 28.916,40€ de participação FEDER;

c. a que se destinou o dinheiro recebido, para além das oliveiras – a reprogramação solicitada visa a inclusão das componentes: "Oliveiras Centenárias" e "Parque Infantil";

III. quais foram as outras empresas do ramo que foram consultadas (...) – foi enviado convite a uma entidade, nos termos do nº 1 do artº 114º do CCP;

IV. qual a justificação para o ajuste direto das oliveiras ter sido realizado um ano após a inauguração do Centro Escolar – o processo de adjudicação da empreitada da obra não contemplou os espaços exteriores, em virtude da área do terreno inicialmente afeta ao referido centro escolar ser muito extensa (incluía a área do atual do arruamento envolvente). Só após a definição do traçado e da execução do arruamento ficaram reunidas condições para "arranjar" os espaços exteriores da escola, os quais têm vindo a ser objeto de intervenções sucessivas e complementares (aquisição de oliveiras centenárias, campo de futebol em relva sintética, aquisição de equipamentos para instalação de Parques Infantis, etc). Não é só o espaço exterior que tem vindo a ser intervencionado após a inauguração da escola, estamos, igualmente, ao abrigo da candidatura, a adquirir material didático e quadros interativos para as salas de aula;

Quanto à solicitação de esclarecimentos à CCDRC, consideramos que não é ético solicitarem-se elementos inerentes a candidaturas de outros municípios e julgamos que nem a CCDRC o fará, sobretudo, sem autorização dos mesmos.

Sobre as reprogramações a candidaturas aprovadas no âmbito do QREN, informamos o seguinte:

• O contrato de financiamento pode ser objeto de alteração, por proposta do beneficiário e por motivos devidamente justificados, após nova decisão de financiamento da Autoridade de Gestão nos seguintes casos:

a) Alteração substancial das condições financeiras, que justifiquem uma interrupção do investimento, uma alteração do calendário da sua realização ou uma modificação das condições de exploração e/ou operação;

b) Alteração da operação que implique modificação do montante dos apoios concedidos;

c) Alteração imprevisível dos pressupostos contratuais.

- A alteração a que se refere a alínea b) do nº 1, só pode ocorrer duas vezes após o primeiro auto de consignação no caso das empreitadas ou após a realização da primeira despesa nos restantes casos.
- A candidatura referente ao CE de Alferrarede foi reprogramada ao abrigo da al. b) anterior;
- As reprogramações de candidaturas são prática habitual da gestão e execução de projetos financiados pelos fundos estruturais (QCA I, QCA II, QCA III, QREN);
- Todas as candidaturas apresentadas pelo Município a financiamento comunitário no âmbito do QREN foram objeto de reprogramação (física, financeira e/ou temporal) e todas foram aprovadas pelas respetivas Unidades de Gestão.

Tomado Conhecimento.

Os vereadores do PSD, Santana Maia Leonardo e António Belém Coelho, apresentaram uma Declaração com o título "As Oliveiras das Azeitonas D'Oiro – Tradução", que abaixo se transcreve:

"Quando uma pessoa pergunta as horas, o que pretende é que lhe digam que horas são e não que lhe contem a história dos relógios desde o tempo dos faraós até aos nossos dias.

O que vale é que nós já temos o curso de descodificação da conversa enrolada pelo que deixamos aqui a tradução até para servir de exemplo a respostas futuras (se é que futuramente algum vereador vai fazer alguma pergunta).

Como podem constatar, não custa nada responder ao que se pergunta de forma directa, concisa e objectiva.

QUESTÃO Nº1: *A Câmara de Abrantes efectuou uma reprogramação financeira do projecto?*

Resposta: Sim.

QUESTÃO Nº2: *Em que data foi aprovada a reprogramação financeira do Centro Escolar de Alferrarede?*

Resposta: Formalmente ainda não houve aprovação.

QUESTÃO Nº3: *Qual o montante que acresceu ao montante inicial?*

Resposta: 34.104,01€

QUESTÃO Nº4: *A que se destinou o dinheiro recebido?*

Resposta: Aquisição das 30 oliveiras (cerca de 60.000,00€) e dois parques infantis (cerca de 14.000,00€)

QUESTÃO Nº5: *Quais foram as outras empresas do ramo que foram consultadas pela Câmara, como manda a boa gestão autárquica, antes de comprar as oliveiras à Aeroflora?*

Resposta: Só consultámos a Aeroflora.

QUESTÃO Nº6: *Qual a justificação para o ajuste directo das oliveiras ter sido realizado um ano após a inauguração do Centro Escolar?*

Resposta: Não queremos dizer.

QUESTÃO Nº7: *Houve outras câmaras que também fizeram reprogramação financeira do projecto dos centros escolares?*

Resposta: Sim.

OUTRAS QUESTÕES: Quais as câmaras que o fizeram e em que datas as mesmas foram aprovadas? Quais os montantes recebidos por cada uma? E a que se destinou esse dinheiro (ou seja, para comprar ou pagar o quê)?

Resposta: Perguntar isso é falta de ética.

Quanto à falta de ética, apenas um pequeno conselho: devemos evitar sempre usar palavras de que desconhecemos o significado.

Com efeito, falta de ética não é um vereador ou um contribuinte querer saber onde as autarquias gastam o nosso dinheiro, mas as câmaras e as CCR recusarem-se a prestar contas aos vereadores e aos contribuintes sobre as suas formas de financiamento e a forma como gastam o dinheiro dos contribuintes.

Se vivêssemos num país de gente séria, tudo isto era transparente e acessível a qualquer cidadão, sem necessidade sequer de ter de se perguntar."



Nº 19 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Divisão Financeira, que remete, para aprovação, a 8ª proposta de alteração orçamental 2013, da Câmara Municipal de Abrantes. - 132143

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a referida alteração orçamental, nos termos da Informação da Divisão Financeira.



Nº 20 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 31 de julho de 2013, que dá conta da despesa a realizar com a renovação do contrato de assistência técnica do elevador da piscina municipal de Abrantes, celebrado com a empresa "Schindler Ascensores, SA.", a qual ascende a 1.958,80€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. Dado tratar-se de contrato celebrado ao abrigo do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, o Código dos Contratos Públicos não se aplica às suas renovações, nos termos do nº 2 do artº 16º do Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de janeiro. Nos termos da al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da assembleia municipal. Tendo em conta que a mesma se encontra prevista nas Grandes Opções do Plano e que a mesma se enquadra no âmbito da Autorização Prévia dada pela Assembleia Municipal, para 2013, sugere-se que a autorização para assunção de compromisso plurianual seja enquadrada nessa Autorização Prévia, encontrando-se dispensada a emissão de Parecer Prévio Vinculativo previsto no nº4 do artº 26º da LEO – Lei do Orçamento de Estado para 2012, nos termos do nº 5 do artº 23º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho. A assunção do compromisso inerente à execução do contrato ficará dependente da existência de fundos disponíveis. Mais se informa que, o valor apresentado resulta da aplicação de redução remuneratória, à taxa de 10%, na renovação anterior, pelo que não está agora sujeito a nova redução nos termos do nº 7 do artº 75º da LOE 2013. – 104735

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a despesa e renovação do contrato à data da sua anuidade, nos termos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira.



Nº 21 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 31 de julho de 2013, que dá conta da despesa a realizar com a renovação do contrato de assistência técnica do elevador Estádio Municipal, celebrado com a empresa "Schindler Ascensores, SA.", a qual ascende a 3.773,52€, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor. Dado tratar-se de contrato celebrado ao abrigo do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, o Código dos Contratos Públicos não se aplica às suas renovações, nos termos do nº 2 do artº 16º do Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de janeiro. Nos termos da al. c) do nº 1 do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal. Tendo em conta que a mesma se encontra prevista nas Grandes Opções do Plano e que a mesma se enquadra no âmbito da Autorização Prévia dada pela Assembleia Municipal, para 2013, sugere-se que a autorização para assunção de compromisso plurianual seja enquadrada nessa Autorização Prévia, encontrando-se dispensada a emissão de Parecer Prévio Vinculativo previsto no nº4 do artº 26º da LOE – Lei do Orçamento de Estado para 2012, nos termos do nº 5 do artº 23º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho. A assunção do compromisso inerente à execução do contrato ficará dependente da existência de fundos disponíveis. Mais se informa que, o valor apresentado resulta da aplicação de redução remuneratória, à taxa de 10%, na renovação anterior, pelo que não está agora sujeito a nova redução nos termos do nº 7 do artº 75º da LOE 2013. - 104710

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a despesa e renovação do contrato à data da sua anuidade, nos termos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira.



Nº 22 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 30 de julho de 2013, que remete, para aprovação, autorização para assunção de compromisso plurianual, para atribuição de apoio aos alunos da Escola de Covoada, Ribeira Brava, Cabo Verde, no montante anual de 1.500,00€, nos termos da al. f) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, no entanto, dado tratar-se de despesa plurianual não prevista em Grandes Opções do Plano carece de autorização prévia da Assembleia Municipal, conforme estipulado no artº 6º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.- 128401

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a assunção do compromisso plurianual para atribuição de apoio aos alunos da Escola de Covoada, Ribeira Brava, Cabo Verde, no montante anual de 1.500,00€, devendo ser submetido previamente à Assembleia Municipal.

Nº 23 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, que remete, para aprovação a informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 26 de julho de 2013, que refere, quanto à despesa a realizar com a renovação do contrato de assistência técnica à fotocopiadora instalada na reprografia até 31.03.2014, incluindo uma estimativa para cópias adicionais, nos termos do ponto 2, celebrado com a empresa "Xerox Portugal, Lda.". A despesa ascende a 1.166,94€, mais IVA, à taxa legal em vigor, tendo cabimento orçamental.

Dado tratar-se de contrato celebrado ao abrigo do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho, o Código dos Contratos Públicos não se aplica às suas renovações, nos termos do nº 2 do artº 16º do Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de janeiro. Mais se informa que, o contrato foi sujeito a redução remuneratória em 2012, à taxa de 10%, aplicável por força do estipulado no nº 3 do artº 26º da LOE - Lei do Orçamento de Estado para 2012, uma vez que a contraparte tinha em vigor outros contratos de manutenção com o Município (redução por agregação). Dado tratar-se de uma aquisição de serviços, a renovação carece de parecer prévio conforme estipulado pela LOE 2013 e pela Portaria nº 16/2013, de 17 de janeiro, no entanto, tratando-se de despesa plurianual, está, igualmente, sujeita a autorização prévia da AM nos termos da al. c) artº 6 da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e do artº 11º do decreto-lei nº 127/2012, de 21 de junho. Sugere-se que a autorização para assunção de compromisso plurianual fique enquadrada na autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, aprovada pela Assembleia Municipal na sessão de 14 de dezembro de 2012. Mais se informa que, nos termos do disposto no nº5 do artº 23º do decreto-lei nº127/2012, de 21 de junho, a autorização a que se refere o artº 11º do referido diploma dispensa a emissão de parecer prévio vinculativo previsto no nº4 do artº 75º da Lei nº 66-B/2012, de 31 de dezembro. - 109089

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a assunção de despesa plurianual ao abrigo da autorização prévia referida na citada informação da Chefe da Divisão Financeira.



Nº 24 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 26 de julho de 2013, remetendo para aprovação, minuta do protocolo de cooperação a celebrar entre o Município de Abrantes e a Associação de Melhoramentos de Tramagal, para "Construção de Circuito de Manutenção Física e Parque Infantil", e proposta de apoio no montante de 24.620,30€ (vinte e quatro mil euros e seiscentos e vinte cêntimos).

Sugere ainda, a autorização da execução dos investimentos objeto de candidatura ao PRODER (Circuito de Manutenção e Parque Infantil) ao abrigo da escritura de direito de superfície celebrada entre o Município de Abrantes e a Associação de Melhoramentos da Freguesia de Tramagal, em 4 de julho de 1997. - 125392

Deliberação: Por unanimidade, aprovar uma comparticipação financeira, no valor de 24.620,30€ (vinte e quatro mil euros e seiscentos e vinte cêntimos), a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura e autorizar a execução dos investimentos objeto de candidatura ao PRODER, condicionado ao referido na citada informação da Chefe da Divisão Financeira.

Nº 25 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 31 de julho de 2013, remetendo para aprovação, minuta do protocolo de celebrar entre o Município de Abrantes e a Fábrica da Igreja de Casa Branca, para realização de obras de requalificação na Igreja de Casa Branca, e proposta de apoio no montante de 29.520,00€ (o correspondente a 20% do valor do investimento total indicado). - 130628

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o apoio no montante de 29.520,00€ (o correspondente a 20% do valor do investimento total indicado) e a referida minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



Nº 26 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 23 de julho de 2013, remetendo para aprovação, reforço do apoio a atribuir no âmbito do FINABRANTES 2012/2013, ao Clube Desportivo "Os Patos", inerente à participação dos atletas Francisca Laia e António Trigo, no Campeonato da Europa de Canoagem, no escalão de Juniores e SUB23, no montante de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros). - 90742

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o reforço do apoio a atribuir no âmbito do FINABRANTES 2012/2013, ao Clube Desportivo "Os Patos", no montante de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros), nos termos da citada informação da Chefe da Divisão Financeira.

À Divisão Financeira para proceder em conformidade.



Nº 27 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 23 de julho de 2013, remetendo para aprovação, reforço do apoio a atribuir no âmbito do FINABRANTES 2012/2013, ao Clube Náutico de Abrantes, referente à passagem ao nacional da equipa de Sub16 Femininos e da Equipa Sub18 Masculinos que se apurou para disputar a I Fase - Zona Sul da XVII Taça Nacional, no montante de 1.800,00€ (mil e oitocentos euros). - 90746

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o reforço do apoio a atribuir no âmbito do FINABRANTES 2012/2013, ao Clube Náutico de Abrantes, no montante de 1.800,00€ (mil e oitocentos euros), nos termos da citada informação da Chefe da Divisão Financeira.

À Divisão Financeira para proceder em conformidade.

Nº 28 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 23 de julho de 2013, que remete para aprovação, o apoio a conceder à Associação Vidas Cruzadas no âmbito do projeto "Loja Social Itinerante", no montante de 3.952,11€ (três mil novecentos e cinquenta e dois euros e onze cêntimos). - 123127

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o apoio a atribuir à Associação Vidas Cruzadas, no montante de 3.952,11€ (três mil novecentos e cinquenta e dois euros e onze cêntimos), condicionado ao citado na referida informação da Chefe da Divisão Financeira.

À Divisão Financeira para proceder em conformidade.



Nº 29 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 23 de julho de 2013, que remete para aprovação, o apoio no montante de 3.000€ (três mil euros), à Casa do Povo do Pego, para substituição da iluminação do campo de jogos. - 130894

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o apoio no montante de 3.000€ (três mil euros), à Casa do Povo do Pego, condicionado ao indicado na referida informação da Chefe da Divisão Financeira.

À Divisão Financeira para proceder em conformidade.



Nº 30 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, que remete para aprovação, o apoio no montante de 10.000€ (dez mil euros), à Junta de Freguesia de São Facundo, para recuperação da Fonte e Lavadouro Público naquela localidade, bem como a respetiva minuta de protocolo. - 132389

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o apoio no montante de 10.000€ (dez mil euros), à Junta de Freguesia de São Facundo condicionado ao indicado na referida informação da Chefe da Divisão Financeira.

Aprovar igualmente a minuta de protocolo, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a respetiva assinatura.

À Divisão Financeira para proceder em conformidade.

Nº 31 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 23 de julho de 2013, que remete para aprovação, o apoio no montante de 3.000€ (três mil euros), ao Tramagal Sport União, para reconstrução/recuperação dos balneários do campo de futebol. - 120940

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o apoio no montante de 3.000€ (três mil euros), ao Tramagal Sport União, condicionado ao indicado na referida informação da Chefe da Divisão Financeira.

À Divisão Financeira para proceder em conformidade.



Nº 32 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 01 de agosto de 2013, que remete para aprovação, o apoio no montante de 18.670,00€ (dezoito mil seiscentos e setenta euros), à Tagus - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, no âmbito do evento II Encontro Ibérico do Azeite. - 132303

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o apoio no montante de 18.670,00€ (dezoito mil seiscentos e setenta euros), à Tagus - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, condicionado ao indicado na referida informação da Chefe da Divisão Financeira.



Nº 33 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, relativamente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 23 de julho de 2013, que, na sequência da informação de continuidade do "Projeto Mediadores Municipais" e da vigência do Protocolo celebrado para o efeito, pelo prazo de um ano, competirá ao Município a comparticipação do montante de 8.541,22€ (oito mil quinhentos e quarenta e um euros e vinte e dois cêntimos). - 128394

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a comparticipação no montante de 8.541,22€ (oito mil quinhentos e quarenta e um euros e vinte e dois cêntimos), condicionada ao indicado na referida informação da Chefe da Divisão Financeira.



Nº 34 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente à Informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 23 de julho de 2013, que sugere, a liberação integral da garantia prestada pela empresa "Hobbyvida - Serviços Desportivo, Lda.", no âmbito do Contrato nº 42/2009 - "Aquisição de Serviços de Desenvolvimento de Atividades de Enriquecimento Curricular", no montante de 9.338,00€, tendo em conta o disposto no nº 3 do Art.º 295º do Código dos Contratos Públicos. - 57613

C1
A01

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação integral da garantia prestada pela empresa "Hobbyvida - Serviços Desportivo, Lda.", de acordo com a citada informação da Chefe da Divisão Financeira.



Nº 35 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, que remete para aprovação, a informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 25 de julho de 2013, que refere, para efeitos de instrução da candidatura apresentada pela Junta de Freguesia de Aldeia do Mato a financiamento do PRODER/FEADER, propõe-se que, se delibere considerar de elevado interesse para a comunidade e dinamizador da economia local, a execução do projeto "Parque de Merendas em Aldeia do Mato - Praia Fluvial". Ainda, de acordo com o regulamento/instrumento de financiamento aplicável (pontos 58 e 59 do Guião) e, ao abrigo da alínea q) do nº 1 do artigo 53º da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, na redação da Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro, deve a Câmara Municipal submeter a presente matéria a deliberação da Assembleia Municipal.

Além disso, a intervenção que a Junta de Freguesia pretende levar a efeito na margem da barragem de Castelo de Bode, já foi objeto de pareceres favoráveis da Agência Portuguesa do Ambiente (referência nº S01802-201303-GMAT, proc. 00456.2013.DRHI.T) e da CCDR-LVT (parecer nº S02736-201303-P-00046-DSOT). O terreno objeto da requalificação encontra-se em área de margem da referida barragem. Sendo a Barragem do Castelo de Bode uma central hidroelétrica que integra os centros de produção hidroelétrica, entende-se que qualquer intervenção mesmo que nas margens da barragem terá que ter sempre aprovação da EDP, enquanto entidade gestora.

A Câmara deverá solicitar à EDP para se pronunciar, do ponto de vista dos interesses que tutela, sobre a intervenção pretendida pela Junta de Freguesia de Aldeia do Mato. - 123956

Deliberação: Por unanimidade, aprovar conforme sugerido na citada informação da Chefe de Divisão Financeira e submeter à consideração da Assembleia Municipal, solicitar parecer à EDP enquanto entidade gestora das barragens sobre a intervenção que a Junta de Freguesia de Aldeia do Mato pretende levar a efeito.



Nº 36 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, a aceitação de donativo (Mecenato Cultural), no montante de 5.000,00€, para apoio ao evento "Festas da Cidade 2013", atribuído pela PEGOP Energia Eléctrica, S.A.. - 131992

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a aceitação do referido donativo, atribuído pela PEGOP Energia Eléctrica, S.A..

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.

Nº 37 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, a aceitação de donativo (Mecenato Cultural), no montante de 5.000,00€, para apoio ao evento "Creative Camp", atribuído pela Tejo Energia – Produção e Distribuição de Energia Eléctrica, S.A.. - 131991

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a aceitação do referido donativo, atribuído pela Tejo Energia – Produção e Distribuição de Energia Eléctrica, S.A..

À Divisão Financeira para os devidos efeitos.



Nº 38 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da chefe da Divisão Financeira, datada de 24 de julho de 2013, que sugere a liberação integral da caução prestada pela empresa Sociedade de Automóveis de Aluguer do Zêzere, Lda., no âmbito do procedimento de "Aquisição de Serviços para Circuitos Especiais de Transportes Escolares do Concelho de Abrantes, para o ano letivo 2012/2013, no montante de 439,40€ (quatrocentos e trinta e nove euros e quarenta cêntimos). - 70367

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a liberação integral da referida caução prestada pela empresa Sociedade de Automóveis de Aluguer do Zêzere, Lda., conforme referido na informação da Chefe da Divisão Financeira.



Nº 39 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da chefe da Divisão Financeira, datada de 29 de julho de 2013, que sugere a libertação da caução prestada pela empresa Uniself, S.A., no âmbito do Contrato nº 39/2009 - Fornecimento de Refeições Escolares, no montante de 14.430,51€ (catorze mil quatrocentos e trinta euros e cinquenta e um cêntimos). - 68963

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a libertação da caução prestada pela empresa Uniself, S.A., conforme referido na informação da Chefe da Divisão Financeira.



Nº 40 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da chefe da Divisão Financeira, datada de 01 de agosto de 2013, que sugere a libertação da caução prestada pela empresa pela empresa "GERTAL, SA.", no âmbito do Contrato nº 55/2012 - Fornecimento de Refeições Escolares, no montante de 40.500,00€ (quarenta mil e quinhentos euros). - 70365

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a libertação da caução prestada pela empresa "GERTAL, SA.", conforme referido na informação da Chefe da Divisão Financeira.

Nº 41 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou listagem dos processos de despesa realizada, em maio de 2013, ao abrigo do Parecer Genérico para 2013, aprovado em reunião de CM de 4 de fevereiro de 2013 e para cumprimento do disposto no nº 3 do artº 4º da Portaria nº 16/2013, de 17 de janeiro, que regula os termos e a tramitação do parecer prévio à contratação previsto na LOE 2013. – 119551

Tomado conhecimento.



Nº 42 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, datada de 31 de julho de 2013, remete para aprovação, na sequência da transferência do corpo de bombeiros para a AHBVA, a cedência a título gratuito de materiais armazenados que foram adquiridos para uso exclusivo dos bombeiros, nomeadamente, peças para viaturas, à Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Abrantes, no valor que ascende a 688,27€ (seiscentos e oitenta e oito euros e vinte e sete cêntimos). – 132145

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a cedência a título gratuito dos referidos materiais, à Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de Abrantes, conforme preconizado na citada informação da Chefe da Divisão Financeira.

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Educação, Ação Social, Juventude, Bibliotecas e Arquivo

Nº 43 - Proposta de deliberação da Presidente da Câmara, que remete a Informação da Divisão de Educação, Ação Social, Juventude Bibliotecas e Arquivo, datada de 24 de julho de 2013, dando conta da previsão dos custos dos transportes escolares a efetuar pela Rodoviária do Tejo para o ano letivo 2013/2014, no valor anual de 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros), e a solicitar autorização para a realização da referida despesa, a ser paga à Rodoviária do Tejo. – 131512

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a assunção do compromisso plurianual inerente ao pagamento do valor de 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros) à Rodoviária do Tejo, referente aos transportes escolares para o ano letivo de 2013/2014, nos termos do artº 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.

Submeter à apreciação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea a) do nº 1 e no nº 6 do artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08 de Junho.

Nº 44 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, para atribuição de Auxílios Económicos, para os alunos do 1ºCEB e JI do concelho, para o ano letivo 2013/2014, no montante de 20.003,10€ (vinte mil e três euros e dez cêntimos). - 132066

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de Auxílios Económicos, para os alunos do 1ºCEB e JI do concelho, para o ano letivo 2013/2014, no montante de 20.003,10€ (vinte mil e três euros e dez cêntimos).



Nº 45 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Financeira, que remete para aprovação, na sequência da deliberação da AM de 28 de junho de 2013, autorizadora da assunção de compromissos plurianuais para "Fornecimento de refeições às Escolas EB1 e Jardins de Infância do Concelho de Abrantes", a proposta de decisão de contratar e de autorização da despesa: - Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estimou-se que o respetivo preço contratual para o período de duração do contrato não deverá exceder o montante de 800.000,00€ (400.000,00€/ano), acrescido de IVA à taxa legal em vigor se a ele houver direito, a satisfazer pela dotação, 12D.02.01.05 - Alimentação - Refeições Confeccionadas. Procedeu-se ao cabimento da despesa que terá incidência no ano corrente. A restante despesa será contemplada nos orçamentos a elaborar durante a vigência do contrato. Quanto à assunção do compromisso, por força da aplicação do Decreto-Lei nº 127/2012 de 21/06 que regulamenta a Lei nº 8/2012, 21/02 (LCPA) considera-se causa de não adjudicação a situação de inexistência de fundos disponíveis por parte do Município, que a aplicação daquelas leis surpreender na altura em que a mesma deva ocorrer, condição de que as próprias entidades concorrentes ou convidadas ficam cientes pelo programa de procedimento/convite. O procedimento extingue-se, se, por motivo superveniente não seja possível a obtenção de fundos disponíveis, no período de validade das propostas; - Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar (de acordo com os limites ao valor do contrato constantes dos artigos 19.º a 21.º do CCP), propõe-se a adopção de Ajuste Direto ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares da CIMT - Lote 3, nos termos dos artºs 258º e 259º do CCP. O mesmo será desenvolvido nos termos dos artºs 112º a 127º do CCP, conjugados com os artºs 34º a 111º do mesmo diploma legal. Propõe-se ainda: - a aprovação das peças do procedimento aplicáveis ao procedimento nos termos da al. b) do nº 1 do artº 40º do CCP, nomeadamente, Programa de Procedimento, elaborado de acordo com artº 132º do CCP e o Caderno de Encargos, elaborado de acordo com o artº 42º do mesmo diploma legal; - Fixação do prazo de vigência do contrato a celebrar por um ano letivo, renovável por iguais períodos até ao limite estipulado no caderno de encargos do Acordo Quadro (2 anos); - Opção pelo critério de adjudicação do mais baixo preço; - A designação dos seguintes colaboradores como elementos júri para a condução do procedimento: a) Isabel Cartaxo (presidente); b) Helena Martinho (vogal efetivo); c) Céu Martins (vogal efetivo); d) Elisabete Ramos (vogal suplente); e) Jorge Claro (vogal suplente). - Delegação de competências no Júri do Concurso, conforme previsto no nº 2 do artº 69º e no artº109º do CCP, à exceção da decisão de adjudicação. Mais se informa que, nos termos do

nº 5 do artº 23º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, se encontra dispensada a emissão de Parecer Prévio Vinculativo à contratação. No que se refere à aplicação do disposto no nº 1 do artº 27º da LOE 2012, a mesma não é aplicável, por força do disposto na al. b) do nº 6 do artº 75º da LOE 2013. – 124964

Deliberação: Por unanimidade, aprovar, nos termos da referida informação da Chefe da Divisão Financeira.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Projetos e Empreitadas

Nº 46 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 25 de julho de 2013, que aprova, na sequência da informação nº 159 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 22 de julho de 2013, acerca da empreitada de "Rotas e Percursos Ribeirinhos do Tejo – Estação de Canoagem de Alvega", a proposta para diretor da obra e representante do empreiteiro, nos termos do Art.º 344º do Código da Contratação Pública, o Eng.º Filipe Dinis Mendes de Figueiredo, apresentada pela Sociedade Comercial VEDAP Espaços Verdes, Silvicultura e Vedações, S.A. adjudicatária da empreitada.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 47 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 26 de julho de 2013, que aprova, o plano de segurança e saúde, da obra de "Construção do Centro de Acolhimento do Tejo – Aquapolis Margem Sul – Abrantes", apresentado pela entidade executante J. Gomes Sociedade de Construção do Cávado, S.A./I.Q.S.N.C.ACE.

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 48 – Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara Rui Serrano respeitante à informação nº 163 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 29 de julho de 2013, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Requalificação das Ruas Luís de Camões e Travessa do Pacheco no Centro Histórico de Abrantes", adjudicada à sociedade Mendes & Gonçalves, S.A., para efeitos de receção definitiva.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o auto de receção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 49 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 164 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 29 de julho de 2013, acerca da vistoria realizada aos trabalhos da empreitada de "Escola EB 1 do Pego - Requalificação do Recreio Escolar", adjudicada a Mendes & Gonçalves, S.A. com vista à liberação faseada da caução, nos termos do art.º 3º, do Decreto-Lei nº 190/2012, de 22 de agosto.

Constatou-se, naquela vistoria, que os trabalhos que constituem a obra em questão não se encontram em condições de serem aceites pelo dono da obra, uma vez que apresentam anomalias que carecem de resolução por parte do adjudicatário da obra em causa, pelo que não deverá proceder-se à liberação da caução nos termos do citado diploma.

Deliberação: Por unanimidade, indeferir a liberação da caução da referida empreitada, de acordo com a citada informação nº 164 da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 50 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 40/2013 do Perito Especialista de Proteção Civil, datada de 04 de março de 2013, na sequência do pedido de parecer, no âmbito do licenciamento para plantação de eucaliptos solicitado por Francisco Alves Pimenta, após análise do referido processo e tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 139/89, cabe ao município emitir parecer sobre a ação de destruição do revestimento, aterro ou escavação do terreno uma vez que a área pretendida é inferior a 50 Ha, considerando a existência em continuidade da mesma espécie.

Por este facto pode emitir parecer para as ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, art.º 1 alínea a) e b) do Dec. Lei 139/89.

O pedido solicitado compreende a modelação do terreno numa área de 2 Ha, no local "Água de Todo o Ano", inscrito na matriz sob o artigo 7 secção M, da freguesia de Bemposta, Abrantes, pelo que não se vê inconveniente na emissão do parecer favorável para a ação de modelação do solo. - 109477

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à ação de modelação do solo, nos termos da referida informação nº 40/2013 do Perito Especialista de Proteção Civil.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

Nº 51 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 296/2013-CM, da Fiscalização Municipal da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 30 de julho de 2013, acerca das obras de urbanização do loteamento com o alvará nº 12/1997, em nome de João Manuel do Rosário, sito na Rua dos Pescadores, em Bairro Fundeiro, Aldeia do Mato, Abrantes, que remete, para aprovação, a libertação da caução, prestada pela garantia bancária nº 248 368, do Banco Espírito Santo, que por lapso não foi referida na informação nº 243/2013-CM, aprovada por deliberação de 08 de julho de 2013. - 142/97

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a libertação da caução prestada pela garantia bancária nº 248 368, do Banco Espírito Santo, conforme referido na informação nº 296/2013-CM, da Fiscalização Municipal da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.



Nº 52 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano, na sequência da informação técnica nº 034/2013RC da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 19 de março de 2013, acerca do licenciamento de construção de moradia unifamiliar e demolição das construções existentes, sita em EN118, em Pego, requerido por Maria Amélia Gil Vicente da Silva Barata, remete para aprovação, a proposta de aceitação da área de 31,95 m² a integrar no domínio público, após o deferimento e emissão do título de licença de construção, assim como, a proposta apresentada de construção de moradia unifamiliar e demolição das construções existentes. - 95351

Deliberação: Por unanimidade, aprovar as propostas apresentadas, nas condições da referida informação técnica.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 53 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-presidente da Câmara, Rui Serrano, na sequência da informação técnica nº 69/13 EO, da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 21 de junho de 2013, acerca do pedido de TMN, Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A., a solicitar autorização para instalação de infraestruturas de suporte de estação base de radiocomunicações junto à estação de tratamento de água de Cabeça Gorda, freguesia de Aldeia do Mato. - 85800

Deliberação: Por unanimidade, considerar viável a instalação de uma infraestrutura de suporte de estação de radiocomunicações junto à estação de tratamento de água da Cabeça Gorda, freguesia de Aldeia do Mato, nas condições mencionados na referida informação técnica nº 69/13 EO da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

Nº 54 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Divisão de Serviços Urbanos

Nº 55 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou informação da Divisão de Serviços Urbanos, dando conta do corte e desvio de trânsito, para implantação de coletor, na Rua Sr.^a do Rosário e Rua do Serrado, em Coalhos, entre 09 de julho de 2013 e 16 de agosto de 2013, solicitado pela Abrantáqua. -130631

Tomado conhecimento.



Nº 56 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, propondo a abertura de procedimento para alienação da azeitona municipal, existente em vários locais municipais, por hasta pública, nos termos, que deverão ser publicitados em edital: - 122120/132370

Mais sugere a aprovação do modelo de requerimento de candidatura bem como a composição do júri do procedimento com os seguintes: Maria Luísa Rodrigues Espadinha, Jorge Filipe Cova Moura e Vanda Cristina da Cruz Graça; Vogais suplentes: Paulo Jorge Morgado Domingos e Maria de Fátima da Silva Areias.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a abertura de procedimento para alienação da azeitona municipal, existente em vários locais municipais, nos termos que constarão no edital, bem como o modelo de requerimento de candidatura e ainda a composição do júri, conforme sugerido pela Divisão de Serviços Urbanos.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas quinze horas e trinta e sete minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Assistente Técnica a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

Maria João dos Reis

A ASSISTENTE TÉCNICA

Ángela Almeida

Município de Abrantes

Data: 31/07/2013

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 05.08.2013

Processo		Requerente, Residência		Descrição, Local da obra	Despacho / Deliberação		
Número	Data	NIF / Cliente Municipal	Nome / Morada		Tipo	Data	Teor
PG8242/2013	22/05/2013	210931957 / CM8475	Hugo Tiago Severino Grácio / Rua Cidade de Parthenay, nº 265 - São Vicente	Alteração de habitação e anexo / Rua do Mercado, n.º 193 - Tramagal	Despacho	29/07/2013	Aprovado projecto de arquitectura , para Licenciamento de obras de alteração e ampliação de habitação e anexo, e alteração de muros de vedação em Rua do Mercado, n.º 193, Tramagal, nos termos e condições definidos na informação técnica 078/2011RC

707
CL

MUNICIPIO DE ABRANTES

Data : 31/07/2013

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2013/08/05

Folha : 1

PROCESSO				REQUERIMENTO		REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data			Número	Tip	Data
04.06	09000093	2009/03/10	RJE	00001082	2009/06/15	CARLOS MANUEL ALVES MARGARIDO HORTA RUA DA ESPERANÇA, 96	construção moradia VALE DE ROUBAM, LOTE 5	13000207	DES	2013/07/26
							04.07.2013:Deferido.		T E O R	
04.01	10000167	2010/04/26	LICOBR	10000687	2010/04/26	ANTÔNIO CARLOS INFANTE DOS SANTOS TEIXEIRA RUA DA ESPERANÇA, N.º 15 - 7.º C	construção moradia BECO DAS CAMELIAS MOURISCAS	13000205	DES	2013/07/19
							2013/07/19: Deferido o pedido da autorização de utilização.		T E O R	
06.03	10000463	2010/11/03	RJE	11000184	2011/02/17	LUIS AMARAL DUARTE LDA RUA ENGENHEIRO MANUEL	alteração edifício comercial/ prestação de serviço Rua Eng. Manuel, N.º 292 Tramagal	13000206	DES	2013/07/25
							08.07.2013:Certifique-se.		T E O R	

*** processado por computador ***
*** sistemas InfoRuJe ***

2013/08/05